Nº 41 - MAIO DE 2008
Suplemento informativo dos Deputados Socialistas no Parlamento Europeu

EUROPA

Editorial

ESCASSEZ DE ÁGUA

Edite Estrela *

O direito à água é inquestionável. Mas a água é um bem precioso cada vez mais escasso. De tal modo que a escassez de água se pode transformar no maior problema da Humanidade. Mais grave do que a crise energética.

A realidade dos números a nível mundial é muito chocante. Em 2002, uma em cada seis pessoas não tinha acesso a água potável, situação equiparável, por exemplo, ao que era a distribuição da água em França há cem anos. Não admira que os problemas em torno da água estejam na origem de muitos conflitos internacionais e que, se nada for feito, estes se tornem mais frequentes.

Com as alterações climáticas, a situação na Europa tornou-se mais preocupante. A Agência Europeia do Ambiente revela que, em 2007, um terço dos europeus era mais ou menos afectado pela falta de água. O direito à água em quantidade, qualidade e regularidade adequadas à satisfação das necessidades básicas de todo o ser humano é uma exigência. Mas, na actual situação, não basta reivindicar esse direito, é preciso que cada cidadão contribua à sua medida para a resolução do problema. Há consumos excessivos e muito desperdício. Só a Europa desperdiça pelo menos 20% da sua água!

Nos últimos trinta anos, as condições meteorológicas têm-se alterado muito, com períodos de seca extrema seguidos de chuvas torrenciais e inundações. Estudos revelam que secas e cheias matam mais pessoas que qualquer outra catástrofe natural. Por outro lado, oito milhões de pessoas morrem anualmente de doenças ligadas ao consumo de água insalubre: diarreia, cólera, febre tifóide. A ONU considera que a falta de água potável está na origem de 80% da taxa de enfermidade e morte nos países em desenvolvimento. E, segundo a directora da UNICEF, "as doenças provocadas pela água matam uma criança a cada quinze segundos e estão associadas a muitas outras doenças e à má nutrição".

O discurso sobre a água mudou nos últimos anos e com ele o próprio conceito de "água". Esse bem "insípido, incolor e inodoro", considerado inesgotável e por isso sem valor, passou a ser considerado como um escasso e valioso "ouro azul", designado por "recurso hídrico" e tratado como uma "mercadoria" (que não é).

A água é um bem renovável e se o seu ciclo natural fosse respeitado, continuaria a reposição dos volumes de água doce e salgada como acontece há milhões de anos. Mas, na sociedade moderna, as condições de distribuição e de acesso à água têm-se alterado, os usos da água multiplicaram-se e o seu ciclo natural desequilibrou-se: 70% da água doce utilizada vai para a agricultura, 20% para a indústria e 10% destina-se ao consumo doméstico. Ao ser devolvida ao seu ciclo natural, a água vem contaminada pelos produtos tóxicos da agricultura e pelos químicos da indústria.

A chamada "crise da água" – quer em relação à quantidade quer à qualidade – resulta das alterações climáticas e, sobretudo, dos usos (e abusos). É preciso combater o desperdício e equilibrar os "usos" da água, tendo em conta os seus "valores múltiplos": biológico, social, ambiental, simbólico, cultural, paisagístico, turístico, etc.

É verdade que o tema da escassez de água tem estado presente na agenda política internacional. Tem havido declarações de princípio e até compromissos quantificados. Por exemplo, o Compromisso do Milénio prevê que, até 2015, se reduza para metade a percentagem de pessoas que vivem sem água própria para consumo. Objectivo louvável, mas de difícil cumprimento.

Conscientes da gravidade do problema, as instituições europeias estão agora a analisar as melhores formas de "enfrentar o desafio da escassez de água e das secas na União Europeia". Assunto que irei acompanhar no Parlamento Europeu, enquanto porta-voz do Grupo Socialista para os temas ligados às catástrofes naturais.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

CORTE NO APOIO A BIOCOMBUSTÍVEIS PARA DESCER PREÇOS DOS ALIMENTOS

A Europa deve dar prioridade aos alimentos em detrimento dos combustíveis, não se justificando, particularmente com o agravamento da actual crise alimentar, que a União Europeia continue a subsidiar a produção de biocombustíveis. Esta posição foi assumida pelo Parlamento Europeu, que em sessão plenária votou, em Estrasburgo, uma resolução sobre "O aumento dos preços dos géneros alimentícios na União e nos países em desenvolvimento", em consonância com as preocupações do Grupo Socialista.

A resolução alerta as autoridades europeias e mundiais para a necessidade de dar resposta às dificuldades crescentes de milhões de pessoas devido ao aumento dos preços dos bens alimentares de primeira necessidade, não só na União Europeia, mas também nos países em desenvolvimento, que estão a ser mais afectados.

"O abastecimento de alimentos a todas as pessoas no mundo deve ter primazia sobre qualquer outro objectivo" afirma o Parlamento Europeu, sublinhando que esta crise alimentar está estreitamente associada à especulação nos mercados financeiros, ao aumento dos preços do petróleo e dos custos das matérias-primas.

Por isso, pretende que seja garantida

Capoulas Santos afirma que a resolução do problema alimentar passa pelas políticas agrícolas

"a regulamentação interna e global dos mercados agrícolas no interesse dos consumidores, dos rendimentos dos agricultores, das indústrias transformadoras e de uma política alimentar sustentável da União Europeia".

Foi neste sentido que o coordenador do Grupo Socialista para as questões agrícolas, Capoulas Santos, interveio na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu defendendo que "a resolução do problema, apesar da multiplicidade das causas, passa inevitavelmente, pela política agrícola e pela agricultura, designadamente através de instrumentos que permitam uma regulação dos mercados, no respeito pelas regras da Organização Mundial do Comércio, para bem do poder de compra dos consumidores, dos rendimentos dos agricultores e das indústrias de transformação".

Embora a produção de biocombustíveis ocupe apenas 2 a 3 por cento dos terrenos agrícolas da União Europeia, os deputados consideram, mesmo assim, que "deixou de se justificar" a subvenção das culturas destinadas à sua produção. Em contrapartida, defendem que a Comissão e os Estados-membros se empenhem no fomento à utilização de bio-energias de segunda geração, que processa estrume e resíduos agrícolas em vez dos produtos agrícolas primários.

A resolução chama a atenção para perdas dos rendimentos dos agricultores comunitários, que estão a ser muito prejudicados com a subida dos preços alimentares devido "aos custos crescentes de alimentação, energia, fertilizantes e outros factores de produção".

EUROPA DEVE MUDAR DE ESTRATÉGIA NO ACESSO ÀS MATÉRIAS-PRIMAS

A crescente dificuldade da União Europeia aceder às matérias-primas a preços correctos em virtude do elevado aumento que sofreram nos mercados internacionais nos últimos anos, levou o Parlamento Europeu a aprovar uma resolução na qual pede à Comissão Europeia para negociar "um acesso livre e não discriminatório aos mercados de matérias-primas em troca do acesso a tecnologias de poupança energética, renováveis e eficientes em termos de recursos em todas as suas negociações bilaterais sobre acordos de comércio livre".

A posição aprovada pelo Parlamento Europeu, e na qual interveio o deputado Francisco Assis em nome do Grupo Socialista, "insta a Comissão e os parceiros comerciais da União Europeia a abordarem com seriedade, em todas as negociações de acordos comerciais, as prioridades das alterações climáticas consistentes em reduzir severamente a extracção e a exploração dos recursos naturais e em promover a expansão das tecnologias de poupança energética, renováveis e eficientes em termos de recursos".

Ao intervir no debate, Francisco Assis

Francisco Assis defende que a UE reveja o seu modelo de desenvolvimento económico

considerou que "estamos hoje confrontados com uma situação nova, caracterizada pela penúria estrutural que, em grande parte, é resultado de um aumento brutal da procura que resulta da circunstância de vários países emergentes estarem a avançar rapidamente em processos de industrialização e de urbanização".

Refira-se que, desde 2002, o índice de preços das matérias-primas não energéticas sofreu um aumento de 150 por cento, o dos metais e minérios de 258 por cento e o das matérias-primas agrícolas de 133 por cento, o que tem originado "uma falta de crescimento económico na União Europeia e uma ameaça à sua competitividade".

Neste contexto, Francisco Assis considera também que a União Europeia deveria rever o seu modelo de desenvolvimento económico por estar a ser cada vez mais incompatível com uma situação de sobreexploração dos recursos. Por outro lado, defende que se aposte fortemente na investigação científica aplicada para que sejam descobertos novos processos inovadores para a reciclagem de matérias-primas.

Como forma de combater os efeitos perversos da actual crise, o Parlamento pretende que sejam tomadas as necessárias medidas a nível europeu e internacional para assegurar preços moderados. Pretende também que, a longo prazo, seja criada regulamentação para enfrentar melhor as actividades especulativas, e recomenda que se examinem os poderes e as competências dos organismos nacionais e internacionais de supervisão no domínio dos produtos de base alimentares, para garantir a existência de mercados seguros e estáveis.

Visto de Portugal

Melhorar segurança rodoviária em toda a Europa

Nélson Baltazar
Deputado na AR

Portugal, através da Assembleia da República e também com o impulso do Partido Socialista, vai promover a realização da III Conferência Interparlamentar sobre Segurança Rodoviária, que terá lugar em Setembro próximo, com o lema "Uma Política Europeia para a Segurança Rodoviária: Harmonização de Conceitos e Princípios".

Numa matéria que afecta todos os Estados da União Europeia, como é a da Segurança Rodoviária, apercebemo-nos da importância deste debate no seio dos legisladores europeus.

Para fazer face à elevada sinistralidade rodoviária, a Europa estabeleceu como objectivo geral a redução em 50% do número de vítimas mortais e feridos graves, até 2010, bem como impôs objectivos relativos a determinados alvos da população mais expostos, tendo em conta os dados de 2000.

Temos constatado que estas metas são alcançáveis pela generalidade dos 15, alargando-se a alguns dos restantes 12. Este sucesso, fruto da persistência de alguns dos países, onde se inclui Portugal, tem levado a que as metas definidas tenham sido alteradas, promovendo maior ambição para o mesmo período.

No entanto, outros desafios se vislumbram no próximo futuro e um dos que entendemos como importante, referencia-se pela harmonização de princípios e conceitos, em particular quanto aos métodos estatísticos. É necessário que todos falemos de acordo com os mesmos dados e interpretação de resultados.

Os resultados alcançados, desde o final dos anos 90, permitem lançar um olhar positivo sobre a evolução da sinistralidade rodoviária em toda a Europa e convocam-nos a planificar uma estratégia mais ambiciosa que permita, neste domínio, um combate mais eficaz a alguns dos aspectos menos controlados.

De facto, nesta última década, foram alcançados resultados encorajadores, particularmente na redução acentuada do número de vítimas mortais e entre alguns dos segmentos prioritários, também definidos para Portugal em 2003: peões e veículos de duas rodas.

Verificamos que a Alemanha e a Dinamarca já conseguiram resultados da mesma ordem de grandeza, daqueles que pretendemos para Portugal até 2015. Sentimos que esses resultados além de desejáveis são possíveis também no nosso país.

Dos objectivos que se entendem como os mais importantes e que implicam estratégias de harmonização refiro os que são transversais a todos os países: Condutores de veículos de duas rodas a motor; peões; condução sob o efeito de álcool e drogas; velocidade; condutores com menor experiência.

Estes Objectivos Estratégicos procuram enquadrar os factores determinantes de acidentes, combatidos e avaliados por todos os países e na base dos quais estão maioritariamente problemas comportamentais.

Por exemplo, continua a ser muito polémico o nível mínimo de taxa de alcoolémia permitida. Será que a taxa de 0,5 é adequada ou devemos descer para os 0,3 g/l? Para todos os condutores ou só para alguns? Este valor deve ou não ser harmonizado em território europeu?

Cada vez somos mais a circular nas estradas, com maior segurança nas infra-estruturas e nas viaturas e consequente maior apetite pela velocidade, com maiores níveis de autoconfiança, com algumas deficiências de formação, com novos desafios e estruturas rodoviárias mais complexas.

A Europa está obrigada a condicionar estes problemas, avaliar soluções, colocar os seus cidadãos a conduzir de acordo com princípios orientadores mais próximos, modernizar a formação dos condutores e assumir que é possível melhorar as consequências danosas desta doença endémica que são as mortes e os feridos graves em acidentes rodoviários e que tantas vidas jovens nos retiram.

Sei que seremos capazes de fazer melhor, em particular se nos relacionarmos mais nesta Europa sem fronteiras.

APROVADA ESTRATÉGIA EUROPEIA DE DEFESA DOS CONSUMIDORES

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a estratégia da União Europeia para a política dos consumidores 2007-2013, do qual faz parte o reforço da cooperação no domínio da segurança dos produtos a nível internacional, nomeadamente com as autoridades chinesas, norte-americanas e japonesas. O relatório, em cuja discussão interveio o deputado Joel Hasse Ferreira, relator do PSE neste domínio, encoraja a Comissão Europeia a "continuar a garantir fortemente os direitos dos consumidores referentes à segurança dos produtos através da integridade da marca CE e de uma melhor vigilância dos mercados a todos os níveis nacionais apropriados, utilizando o RAPEX, o sistema de alerta rápido para produtos de consumo não alimentares.

O relatório pede que sejam adoptadas medidas que assegurem que "os 27 minimercados nacionais na União Europeia serão de facto transformados no maior mercado de retalho do mundo. No entanto, consideram também necessário que os cidadãos se sintam igualmente seguros quando compram pela Internet ou na loja da esquina e que as PME possam confiar nas mesmas regras simples em todo o mercado interno, pedindo neste caso que sejam consideradas formas de melhorar a sua protecção.

Hasse Ferreira pediu que fosse dado financiamento adequado às organizações de defesa do consumidor

Ao intervir, Joel Hasse Ferreira considerou que "as necessidades de protecção dos consumidores só poderão ser satisfeitas com legislação mais adequada e mais simples e que é necessário um quadro legal mais coerente com os direitos dos consumidores. "Solicito à Comissão e aos Estados-membros que dêem o financiamento adequado às organizações de defesa do consumidor para serem fortes e independentes, de forma a podermos construir um verdadeiro mercado interno dos consumidores", disse.

O relatório aprovado pelo Parlamento Europeu solicita ainda à Comissão Europeia que avalie o mérito da criação de um "Provedor de Justiça Europeu dos Consumidores" específico para os casos transfronteiriços, designadamente no âmbito das compras electrónicas nos mercados financeiros, banca e seguros, os quais se revestem de alguma complexidade.

O Parlamento Europeu salienta a necessidade de serem promovidas as transacções transfronteiriças, de forma a "aumentar a liberdade de escolha e o papel da política de concorrência e da educação para um consumo responsável, para assegurar que os consumidores dispõem de melhores opções em termos de preço, qualidade e variedade, nomeadamente no que se refere aos bens e serviços básicos.

APOIOS PARA IRAQUE SOB VIGILÂNCIA

O deputado Paulo Casaca foi designado pelo Parlamento Europeu para o representar numa missão ao Iraque promovida pelo Fundo Internacional de Reconstrução para o Iraque com a assistência do Banco Mundial e da ONU que decorreu na região de Dhi Qar. Durante dois dias, a comitiva composta por representantes da Comissão de Dadores do Fundo, o representante da Comissão Europeia no Iraque, diplomatas de países dadores bem como representantes da ONU, avaliou a aplicação dos financiamentos externos e a evolução dos projectos em implementação no sul do país.

O Fundo Internacional de Reconstrução para o Iraque foi lançado em 2004 pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial no sentido de facilitar a canalização de ajudas e recursos com vista ao apoio da reconstrução e desenvolvimento no Iraque. Saliente-se que cerca de 90 por cento dos fundos da União Europeia destinados ao processo de reconstrução no Iraque foram canalizados justamente através deste Fundo Internacional, num montante avaliado em 638 milhões de euros, o que faz da União Europeia o maior contribuinte para este fundo. A importância da transparência e o controlo dos fundos disponibilizados pela União Europeia através de organizações internacionais, no domínio das acções externas, tem constituído uma das principais preocupações de Paulo Casaca, porta-voz do PSE na Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

Paulo Casaca representa o PE numa missão ao Iraque para discutir os apoios à reconstrução

O parlamentar pediu recentemente explicações à Comissão Europeia sobre a situação do Juiz Radhi al Radhi, a mais proeminente figura pública iraquiana da batalha contra a corrupção no país, que em 2006 reuniu provas que demonstram o desvio de elevadas somas afectas a gabinetes ministeriais e que, posteriormente, foram parar às mãos das milícias iraquianas que têm devastado o país.

O PSE tem defendido um modelo mais interventivo da ajuda comunitária, que passe pela presença no terreno de uma agência europeia especializada em actuação em situações de conflito e de post-conflito, como a Agência Europeia para a Reconstrução que fez um trabalho notável nos Balcãs Ocidentais.

EUROPA E AMÉRICA LATINA ESTREITAM LIGAÇÕES

Sérgio Sousa Pinto, Manuel dos Santos e Edite Estrela participaram na 2ª Sessão Plenária da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana-Eurolat, que decorreu em Lima, no Peru, em que os temas em discussão foram os acordos comerciais, a imigração, a luta contra a pobreza e a protecção do ambiente.

Sérgio Sousa Pinto, também presidente da Delegação Parlamentar UE/Mercosul, considerou de grande importância o diálogo ao nível parlamentar nas relações entre os dois continentes, realçando a importância dos valores comuns que unem os europeus ao mundo ibero-americano. O deputado enalteceu também o contributo do Mercosul para a consolidação democrática na região e o crescimento do volume de trocas comerciais dentro deste bloco regional.

Por sua vez, Manuel dos Santos, vice-presidente do Parlamento Europeu para as relações com a América Latina, pediu o fim da polémica na imprensa latino-americana sobre a posição do Parlamento Europeu em relação ao Movimento Revolucionário Túpac Amaru. Com efeito, este foi um dos temas em destaque, tendo inclusivamente o presidente do Congresso do Peru, Luis Posada, pedido ao Parlamento Europeu que inclua aquele movimento na sua lista dos grupos terroristas. "O PE e a UE condenam com absoluta firmeza o terrorismo e todas as organizações que atentam contra os direitos humanos", considerou.

No âmbito da Sessão Parlamentar realizada em Lima, Manuel dos Santos presidiu ainda à reunião da Comissão Parlamentar Mista PE-Parlamento mexicano, essencialmente para fazer o balanço da evolução das relações entre a União Europeia e o México.

Por sua vez, Edite Estrela, co-presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e Ambiente da Eurolat, sublinhou na sua intervenção que a pobreza afecta sobretudo as mulheres e crianças e a necessidade de garantir os direitos das mulheres à saúde, designadamente à saúde sexual e reprodutiva, tema sobre o qual foi aceite uma proposta que integrou a resolução global aprovada pela Assembleia.

Outro dos assuntos relevantes discutido, foi a preparação da 5ª Cimeira de chefes de Estado e de Governo da América Latina, Caribe e União Europeia, que decorreu em Lima de 15 a 17 de Maio e na qual também o Primeiro-Ministro José Sócrates participou.

A 2ª Sessão Plenária da Assembleia Eurolat reuniu 60 membros do Parlamento Europeu e 60 membros do Parlamento Latino-Americano, Andino e da Organização dos Estados Americanos.

EUROPA AVANÇA NA POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA

A data de 20 de Maio foi consagrada como o "Dia Europeu do Mar", dia em que se discutiu e aprovou no plenário de Estrasburgo o relatório sobre uma Política Marítima Integrada para a União Europeia, num debate em que intervieram três deputados socialistas portugueses: Jamila Madeira, Paulo Casaca e Emanuel Jardim Fernandes.

O Parlamento Europeu salienta que a dimensão marítima excepcional que as regiões costeiras, as ilhas, e as regiões ultraperiféricas conferem à União Europeia oferece oportunidades únicas em áreas como a inovação, a investigação, o ambiente e a biodiversidade, o desenvolvimento de tecnologias inovadoras baseadas no mar e muitas outras.

As regiões costeiras e ultraperiféricas da União Europeia representam 320 mil quilómetros de litoral onde habita um terço da população da Europa e em que as indústrias e os serviços ligados a este sector contribuem com cerca de 40 por cento do PIB comunitário.

O relatório aprovado incidiu essencialmente sobre questões relacionadas com o mar e as alterações climáticas, o desenvolvimento das regiões costeiras e as pescas e a criação de um mecanismo de assistência mútua contra ataques de pirataria marítima.

Na discussão sobre o relatório, Jamila Madeira considerou que a União europeia deve apostar numa visão de conjunto não só dos mares enquanto tal, mas também na íntima relação com as zonas costeiras e em tudo o que com isso está relacionado, designadamente o emprego, as questões ambientais, o desenvolvimento regional, as actividades económicas, a aposta na investigação e da excelência no âmbito do mar "e em todas as políticas sectoriais que, agora abordadas em conjunto, permitirão maior coerência e sucesso na sustentabilidade social, económica e ambiental".

Jamila Madeira, Paulo Casaca e Emanuel Jardim Fernandes intervieram no debate sobre a política marítima europeia

Por sua vez, Paulo Casaca salientou a aproximação ecosistémica à política marítima, que considerou "vital". "Essa aproximação parece-me vital. Mas quando vejo que a Comissão na sua última comunicação tinha reticências à sua plena aplicação por efeito dos problemas que isso levanta em vários mares europeus, gostaria de salientar que é preciso olhar as regiões ultraperiféricas pela sua própria especificidade. Aí não há qualquer problema numa plena aproximação integrada e desafiava a Comissão a fazê-lo tão cedo quanto possível", afirmou.

Por sua vez, Emanuel Jardim Fernandes fez questão de salientar todo o seu apoio ao relatório, até porque foi o autor de várias propostas que vão no sentido daquilo que foi aprovado. Entre elas destaque para o adequado reconhecimento das regiões ultraperiféricas, a valorização das orlas costeiras, o apoio aos transportes marítimos respeitadores do ambiente e a necessidade de uma melhor gestão e exploração sustentável dos recursos marinhos.

APROVADA ESTRATÉGIA PARA ULTRAPERIFERIAS

O Parlamento Europeu debateu e aprovou por larga maioria o relatório sobre a "Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: Progressos Alcançados e Perspectivas Futuras". O resultado reflecte o largo consenso que se conseguiu reunir entre os diferentes grupos políticos, mas não deixa de referir alguns dos domínios em que os deputados gostariam que se tivesse ido mais longe, tanto nos apoios como na clarificação das políticas e dos seus instrumentos de execução.

O deputado Emanuel Jardim Fernandes foi o responsável pelo acompanhamento do dossier no Grupo do PSE. Na sua intervenção no plenário, notou que a Resolução do PE, que se propõe no Relatório, contém várias recomendações sobre o balanço e as perspectivas futuras da estratégia europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) de que destacou as seguintes: a) a utilização de outros indicadores, para além do PIB de cada uma delas relativamente à média comunitária, para aferir do respectivo nível de coesão atingido; b) uma melhor articulação entre a política de coesão e as outras políticas comunitárias, de forma transversal, para aumentar as sinergias, assim como uma maior adaptação das actuais e futuras políticas europeias à situação singular das RUP; c) uma estratégia baseada em políticas e medidas que não estejam sujeitas a critérios de transitoriedade nem a evoluções conjunturais de riqueza, mas sim adaptadas às diferentes necessidades de cada uma destas regiões; d) o apoio comunitário à agricultura das RUP e a previsão de medidas de apoio aos sectores das pescas; e) um tratamento diferenciado para as RUP no domínio dos transportes, em especial no que se refere à inclusão da aviação civil no ETS, o regime europeu de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; f) a inclusão imperativa no debate para a reflexão sobre o futuro da estratégia europeia para as RUP da aplicação da Estratégia de Lisboa; g) a garantia adequada e eficaz do financiamento comunitário da estratégia europeia para as RUP.

Jardim Fernandes apresentou várias propostas para a definição da estratégia para as regiões ultraperiféricas

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Ana Gomes - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Elisa Ferreira - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

Francisco Assis - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

Jamila Madeira - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Emprego e dos Assuntos Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

Armando França - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu
www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu
www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista
www.ps.pt - Página do Partido Socialista
www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu
www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

Visto de Bruxelas

Ana Gomes
Deputada Europeia

Afeganistão: Estratégia precisa-se

Voltei preocupada do Afeganistão, onde estive uma semana no final de Abril. Pela insegurança, a lenta reconstrução, a corrupção, a impunidade, a opressão das mulheres, os abusos das crianças.... E também pela falta de eficácia da presença internacional.

Vim convencida de que esta presença - nas dimensões militar e civil - é legítima e muito necessária: sem ela não haveria progresso(e há algum na educação e saúde), nem espaço para as ONGs afegãs e internacionais poderem trabalhar.

Mas desde 2002 os erros têm sido muitos e graves. Boa parte cabe aos EUA que, apesar da irresponsabilidade do desvio de atenções e meios para a guerra do Iraque, são quem mais investe no Afeganistão, tanto em tropas, como em fundos para a reconstrução.

Washington tem tratado o Afeganistão sobretudo como mais uma frente na 'guerra contra o terrorismo'. Em vez de se centrar no combate à pobreza e ao obscurantismo e na governação democrática, a presença americana determina-se por uma filosofia de contra-insurgência que tudo subordina à vitória militar. Ora os problemas do Afeganistão – incluindo a erradicação dos terroristas e do ópio que os financia – não se resolvem só pela via militar, mas sobretudo com investimento político e económico estratégico. Nunca a lei e a democracia funcionarão se continuar a impunidade de criminosos de guerra e barões da droga alcandorados ao poder.

E o que faz a Europa? Pesa financeiramente: a Comissão Europeia dedicou mais de 1000 milhões de euros à reconstrução e desenvolvimento do Afeganistão entre 2002 e 2008. Diversos Estados Membros também fizeram promessas avultadas - só a Alemanha comprometeu-se com 760 milhões de euros. Mas nem dois terços foram gastos.

A mais visível presença europeia assenta nas tropas do contingente ISAF da NATO. Em Abril deste ano a missão ISAF tinha 47.000 homens e mulheres no terreno, dos quais cerca de 27.000 europeus. Mas a missão sofre de três defeitos estruturais: primeiro, no sul (onde os combates contra os Taliban são ferozes) a ISAF está em campanha de contra-insurgência, em vez de se centrar na protecção de civis e criar segurança para o combate à miséria. Segundo, certos países (como a Alemanha, com 3.500 efectivos) impõem limitações operacionais e geográficas ("caveats"), insistindo em manter as suas forças... afastadas das zonas perigosas. Terceiro, as PRTs (Provincial Reconstruction Teams) da NATO, muitas sob a responsabilidade de países europeus, revelam-se descoordenadas, ineficazes e até contra-producentes (sobretudo em zonas já relativamente seguras), ao porem soldados a fazer de agentes de desenvolvimento! As tropas da NATO-ISAF deviam tratar da segurança, para que as ONGs, instituições afegãs e outras possam trabalhar na reconstrução e desenvolvimento.

Os esforços europeus (militares e de reconstrução) têm estado fragmentados, canalizados ora via NATO, ora UE, ora em iniciativas de Estados Membros. Uma abordagem diferente está a ser tentada na missão da EUPOL Afeganistão, coordenando esforços para treinar a polícia afegã. Mas a timidez triunfou sobre a ambição: com apenas 230 efectivos para o país inteiro e um orçamento de 43 milhões de euros para o primeiro ano, torna-se ciclópica a tarefa de refundar a polícia afegã (hoje pilar da corrupção e abuso)

A Europa não está a deixar marca estratégica no Afeganistão. Isso só vai mudar no dia em que a UE articular e passar a aplicar uma estratégia coerente de desenvolvimento e boa-governação, sustentada por recursos financeiros e humanos adequados. Uma estratégia que combata a miséria, violência e impunidade que estão na origem do terrorismo e da droga que o Afeganistão tem exportado.

E Portugal? Não impôs – e bem - "caveats" à utilização do seu contingente nas forças da NATO (170 efectivos). Mas a partir de Agosto já não vai ter uma companhia (fica-se pela tripulação de um C-130 e formadores para o exército afegão). Porque o Presidente da Republica quis a retirada - e o governo PS anuiu - por receio de que os combates impliquem baixas. Com aliados assim, as alianças hão-de ir longe!... É preciso assumir perante os cidadãos que certas missões implicam mesmo risco de vidas e explicar o que as justifica. Os militares portugueses, esses, sabem que o risco faz parte da profissão escolhida e nunca encararam o Afeganistão como um passeio a Cacilhas.

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu **Editor** Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.** 213 822 023 **Email** ppisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

EUROSÍNTESE

DOENÇAS REUMÁTICAS MOBILIZAM PARLAMENTO

O Parlamento Europeu aprovou uma declaração escrita promovida por Edite Estrela sobre as doenças reumáticas, assinada por mais de 400 deputados. Os parlamentares apelam à adopção de políticas sociais e de saúde para os que sofrem de doenças reumáticas, instando a Comissão e o Conselho a darem mais importância a estas doenças na nova estratégia comunitária no domínio da saúde, devido aos seus elevados custos sociais e económicos. Incentivam também os 27 Estados-membros a promoverem a aplicação dos planos nacionais de combate às doenças reumáticas. O Parlamento Europeu exorta ainda a Comissão e o Conselho a desenvolverem uma estratégia da Comunidade para as doenças reumáticas e a elaborarem uma recomendação do Conselho sobre o diagnóstico precoce e o seu tratamento. Entre 30 por cento e 40 por cento da população europeia apresenta sintomas osteomulculares.

APOIO A JOVENS AGRICULTORES

A Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu aprovou uma proposta do deputado Capoulas Santos para apoiar financeiramente a renda de exploração onde se instalem jovens agricultores no primeiro período de vigência dos contratos de arrendamento e a criar incentivos para os proprietários que arrendem explorações a jovens agricultores. Esta proposta, justificada com o facto de o acesso à terra ser o maior obstáculo à instalação de jovens agricultores, vai integrar o relatório de iniciativa sobre este tema e que tem como principal objectivo incitar a Comissão Europeia a legislar neste domínio. Existe entre os deputados um consenso generalizado quanto à necessidade de rejuvenescer o empresariado agrícola e que a alternância de gerações é fundamental para cumprir os objectivos de uma agricultura competitiva e multifuncional.

CATÁSTROFES NA BIRMÂNIA E CHINA

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, uma resolução sobre a situação trágica que actualmente se vive na Birmânia. A deputada Ana Gomes, que negociou o texto em nome do PSE, sublinhou que o "Conselho de Segurança da ONU não pode deixar de aplicar à Birmânia a responsabilidade de proteger o seu povo, autorizando o acesso ao país às agências e ONG's humanitárias internacionais e não pode demitir-se de referir ao Tribunal Internacional Criminal a Junta Militar birmanesa para procedimento por "crimes contra a Humanidade". Por sua vez, a deputada Edite Estrela interveio na discussão da resolução sobre os sismos que atingiram a China. A deputada referiu-a às autoridades chineses, considerando que "desta vez não tentaram esconder a dimensão da tragédia. Bem pelo contrário, deram informações necessárias, permitiram o acesso à comunicação social internacional, agindo com transparência e eficácia". A deputada elogiou também a reacção da União Europeia, que accionou com prontidão o mecanismo de protecção civil e apoiou as autoridades chinesas.

ACTUALIZAR ABORDAGEM AO DESPORTO

O deputado Armando França alertou para a necessidade da União Europeia encontrar abordagens actualizadas para o sector do desporto tendo em conta os novos desafios decorrentes da globalização. Numa altura em que a União Europeia debate o Livro Branco sobre o Desporto e define orientações para o sector, o deputado considera necessário "encontrar soluções políticas e legislativas sólidas e coerentes que respeitem os princípios e valores fundamentais da União e tudo o que está nos tratados da União Europeia". Armando França, que no âmbito da Comissão das Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu foi o responsável pelo acompanhamento deste tema, defende o reforço da cooperação policial e judiciária entre os Estados-membros e as instituições europeias no combate à violência, ao tráfico e abuso de seres humanos, fornecimento e utilização de substâncias de dopagem, racismo e xenofobia.

DEPUTADOS DISTRIBUEM REVISTA CAIS

Manuel dos Santos e Armando França participaram numa acção para assinalar o Dia da Europa, em 9 de Maio, distribuindo a revista Cais, cujo número de Maio foi dedicado à União Europeia. A revista Cais é uma publicação cujos montantes da venda revertem para as pessoas pobres e/ou sem-abrigo. Os deputados, que assim quiseram chamar a atenção para a exclusão em que muitas pessoas vivem na Europa, envergaram o equipamento amarelo utilizado pelos vendedores da revista. Manuel dos Santos fez a sua acção junto ao Centro Cultural de Belém, onde foi também orador num seminário sobre "O Tratado de Lisboa e o futuro da Integração Europeia". Armando França fez a distribuição da Cais junto à estação de comboios de Aveiro. Praticamente todos os deputados socialistas portugueses participaram em iniciativas diversas para assinalar o Dia da Europa.

PARLAMENTO QUER REGULAMENTAÇÃO REFORÇADA NOS MERCADOS FINANCEIROS

O Parlamento Europeu quer reforçar a regulamentação e a transparência, agora escassa, dos mercados financeiros de forma a precaver crises como aquela que está a afectar a economia mundial e critica a Comissão Europeia por não ter avançado com legislação que pudesse minorar os prejuízos que entretanto se verificaram com o "crash" provocado pelo crédito hipotecário de alto risco, que eclodiu nos Estados Unidos.

Neste sentido, realizou-se um debate na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu sobre um parecer de Poul Rasmussen, também presidente do Partido dos Socialistas Europeus, com recomendações dirigidas à Comissão para reforçar a legislação europeia relativamente aos fundos de retorno absoluto (hedge founds) e aos fundos de investimento em participações privadas (private equities) e no qual interveio a deputada Elisa Ferreira.

Tendo em conta todas as falhas que a recente crise pôs a descoberto no sistema financeiro e com o objectivo de minimizar futuras situações similares e criar condições de concorrência equitativas a nível transfronteiras e entre participantes nos mercados regulamentados e não regulamentados, o Parlamento Europeu pretende que a União Europeia se dote "de uma regulamentação melhor, mais coerente e harmonizada, aplicável a todo o espaço comunitário".

Para Elisa Ferreira, "não podemos continuar a tratar estas questões como

Elisa Ferreira considerou que não deve haver uma regulamentação fragmentada sobre mercados financeiros na UE

sendo exclusivas da esfera financeira nem permitir que a sua regulação seja fragmentada no seio da União Europeia. Há um claro impacto sistémico da presente crise do crédito que veio afectar as próprias condições de financiamento dos cidadãos e empresas".

O parecer considera que a dívida excessiva decorrente de muitas actividades ligadas aos fundos de retorno absoluto e aos fundos em participações privadas constitui uma ameaça à estabilidade financeira, prejudicando a realização de investimentos a longo prazo e a estratégia de crescimento e emprego, não sendo, além disso, alvo de tratamento correcto por parte de muitos regimes fiscais nacionais.

Os fundos de retorno absoluto, que permanecem basicamente sem regulamentação, caracterizam-se por se adaptarem rapidamente às condições de mercado e tentarem explorar as suas falhas e maximizar o seu retorno. De modo a maximizar os ganhos, negoceiam numa grande diversidade de produtos complexos e adoptam técnicas de negociação dinâmicas, como as vendas a curto prazo. Os fundos de retorno absoluto colaboram em grande medida com os bancos de investimento e os bancos comerciais regulamentados.

Quanto aos fundos de investimento em participações privadas, caracterizam-se por não estarem cotados na bolsa, angariando os seus fundos próprios junto de investidores que actuam à margem dos mercados públicos de capitais. Podem ser subdivididos em termos de capital de risco (usado para financiar novas empresas), capital de expansão (para financiar o crescimento de empresas existentes) e fundos de aquisição, que normalmente tentam adquirir uma empresa pública de modo privado através da contracção de um empréstimo elevado.

AUMENTAR CONTROLO SOBRE FUNDOS ESTRUTURAIS

O funcionamento dos sistemas de controlo dos Fundos Estruturais precisa de ser melhorado, de forma a prevenir erros na execução dos projectos aprovados, considerou a deputada Jamila Madeira, num parecer que elaborou para a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, apresentado para a discussão do relatório sobre a quitação do orçamento comunitário referente a 2006.

"É necessária mais supervisão, auditorias mais eficazes e um acompanhamento efectivo dos projectos do início até à sua conclusão, de forma a ser colmatada qualquer lacuna ou erro em tempo útil", afirmou a deputada, que acrescentou que, para levar a cabo essa tarefa, também a Comissão Europeia precisa de ter assegurada a capacidade logística e os meios adequados.

Jamila Madeira considerou essencial poder-se também recorrer a indicadores úteis, comparáveis e agregáveis, tanto quanto possível num prazo curto para que a análise da evolução das políticas estruturais seja feita de forma a evitar análises generalistas e aproximadas e, por isso mesmo, pouco conclusivas no âmbito do Fundo Social Europeu.

Em nome da Comissão do Emprego, a deputada quis também manifestar "preocupação pelo facto de continuarem a aumentar as autorizações orçamentais por liquidar. O que, aliado à mudança da regra

Jamila Madeira considerou ser necessário um acompanhamento mais eficaz na implementação dos fundos estruturais

N+2 para N+3 em alguns Estados-membros para o período de 2007-2013, poderá agravar a situação e tenderá a traduzir-se numa maior morosidade na chegada dos montantes ao destinatário final".

Jamila Madeira defendeu ainda um aumento da dotação para a Agência Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho, sedeada em Dublin, e que agora tem em mãos a análise da antecipação das mudanças laborais e empresariais e onde é feita a avaliação das candidaturas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que ainda recentemente desbloqueou uma verba de cerca de 2,5 milhões de euros para apoiar os trabalhadores do sector automóvel afectados pelas deslocalizações das respectivas fábricas.

Quem também interveio neste debate foi o deputado Paulo Casaca, em nome do Grupo do PSE, mas desta vez sobre os assistentes parlamentares e a gestão administrativa da actividade dos deputados, relativamente ao qual pediu maior transparência e rigor. "Gostaria de dizer que me parece inequívoco que a conclusão fundamental que podemos extrair deste relatório é que há insuficiências graves no funcionamento do sistema de pagamentos de assistência parlamentar, que passam pela entrega das tarefas de gestão financeira dos seus pagamentos à administração do Parlamento Europeu", disse. "É fundamental – continuou - que na próxima legislatura os parlamentares europeus contem não só com o Estatuto, mas também que os seus colaboradores tenham a sua actividade regulada e financiada no quadro institucional europeu, não se justificando a sobrevivência do financiamento público de um sistema de pensões voluntário e tornando mais claras as regras relativas a despesas de viagem e outras despesas gerais".